



Universidades Lusíada

Silva, Júlio Joaquim da Costa Rodrigues da, 1958-

A revista Ocidente e os primórdios da Primeira Guerra Mundial (1914-1915)

<http://hdl.handle.net/11067/6101>

<https://doi.org/10.34628/n9e6-pe20>

Metadados

Data de Publicação	2021
Resumo	<p>World War I (1914-1918) was one of the first global conflicts of the 20th century. The parties' justification of political and military objectives and the mobilization of national resources made the use of propaganda essential. In this process, the means of communication were privileged instruments in the urbanized and industrialized societies of Europe and America. The press stood out for its ability to influence and guide public opinion in the belligerent countries. The Allied powers and those...</p> <p>A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um dos primeiros conflitos globais do século XX. A justificação pelas partes em confronto dos objetivos políticos e militares e a mobilização dos recursos nacionais tornava imprescindível a utilização da propaganda. Neste processo os meios de comunicação foram instrumentos privilegiados nas sociedades urbanizadas e industrializadas da Europa e da América. A imprensa destacou-se pela sua capacidade de influenciar e orientar a opinião pública dos países be...</p>
Palavras Chave	Guerra Mundial, 1914-1918 - Propaganda, Imprensa - História - Portugal - Século 19, Militarismo
Tipo	article
Revisão de Pares	yes
Coleções	[ILID-CEJEA] Polis, s. 2, n. 04 (Julho-Dezembro 2021)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-04-03T01:23:47Z com informação proveniente do Repositório

A revista *Ocidente* e os primórdios da Primeira Guerra Mundial (1914-1915).

The magazine “Ocidente” and the beginning of World War I (1914-1915).

Júlio Rodrigues da Silva

Investigador Integrado do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores e Professor Associado do Departamento de Filosofia, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa

E-mail: juliorodriguesda@gmail.com

ORCID: 0000-0002-5679-1273

DOI: <https://doi.org/10.34628/n9e6-pe20>

Sumário:

1. A Revista *Ocidente*
2. A *Crónica Ocidental*
3. O patriotismo e o intervencionismo
4. O militarismo e o pacifismo
5. O progresso e a civilização

Resumo: A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um dos primeiros conflitos globais do século XX. A justificação pelas partes em confronto dos objetivos políticos e militares e a mobilização dos recursos nacionais tornava imprescindível a utilização da propaganda. Neste processo os meios de comunicação foram instrumentos privilegiados nas sociedades urbanizadas e industrializadas da Europa e da América. A imprensa destacou-se pela sua capacidade de influenciar e orientar a opinião pública dos países beligerantes. As potências Aliadas e as do Eixo recorreram a ela para veicularem informações e ideias capazes de empenhar os seus cidadãos no esforço nacional. Portugal não foi exceção, tendo os jornais e revistas transmitido aos seus leitores as perspetivas do confronto militar favoráveis à causa dos Aliados. A revista *Ocidente* (1878-1915), com um público mais elitista do que os jornais populares também participou no

processo. A análise noticiosa permite-nos avaliar as análises da revista face ao conflito mundial no período que vai do início da Primeira Guerra Mundial em 1914 até Julho de 1915.

Palavras-Chaves: guerra, pátria, militarismo, pacifismo, progresso, civilização, ciência.

Abstract: World War I (1914-1918) was one of the first global conflicts of the 20th century. The parties' justification of political and military objectives and the mobilization of national resources made the use of propaganda essential. In this process, the means of communication were privileged instruments in the urbanized and industrialized societies of Europe and America. The press stood out for its ability to influence and guide public opinion in the belligerent countries. The Allied powers and those of the Axis resorted to it to convey information and ideas capable of engaging their citizens in the national effort. Portugal was no exception, with newspapers and magazines conveying to their readers the prospects of military confrontation favorable to the Allied cause. The magazine *Ocidente* (1878-1915), with a more elitist audience than popular newspapers, also participated in the process. The news analysis allows us to assess the magazine's analysis of the world

conflict in the period from the beginning of the First World War in 1914 to July 1915.

Keywords: war, homeland, militarism, pacifism, progress, civilization, science.

1. A Revista *Ocidente*.

A análise do impacto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) em Portugal passa, necessariamente, pelo estudo das múltiplas perceções deste conflito global por parte dos portugueses. Assim sendo, importa compreender a forma como a imprensa noticiou os acontecimentos e considerou a posição do país face a uma guerra internacional, de características totalmente novas. Nesta conjuntura difícil os periódicos nacionais, nascidos maioritariamente nas últimas décadas do século XIX, readaptaram o seu discurso às traumáticas realidades da guerra mundial tendo, como pano de fundo, a já problemática situação política da Primeira República Portuguesa (1910-1926). As revistas ilustradas portuguesas, oriundas da *Belle Époque* europeia, não escaparam à tendência geral da evolução da comunicação social nacional¹. É o caso da revista

¹ Michel Leymarie, Introduction, Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie & Jean-Yves Mollier (dir.), *La Belle Époque des Revues 1880-1914*, Caen, Éditions de l'IMEC, 2002, p. 21. Ver também Michael S. Neiberg, *A Dança das Fúrias. A Europa e a Ecloração da Primeira Guerra Mundial*, Castro Verde, Publicações A Ferro e Aço, 2014, pp. 17-29; Christopher Clark – Os Sonâmbulos. Como a Europa entrou em guerra em 1914 – Lisboa, Relógio d'Água, 2014, p.157-158 e Max Hastings – Catástrofe. 1914: A

O Ocidente (1878-1915), publicação que iniciou a existência em 1 de Janeiro de 1878². O editor e diretor-proprietário era, em 1914, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, Caetano Alberto da Silva (1843-1924), tendo cedido a direção a António Cobreira (1892-1959) em 20 de Janeiro de 1915. Este jornalista assegurava no periódico, a *Crónica Ocidental*, de forma permanente, desde 20 de Outubro de 1912³. A importância da redação da *Crónica Ocidental* resultava de representar a linha de orientação geral da revista e a opinião pessoal do diretor. Os artigos não assinados são da responsabilidade geral da direção principalmente os referentes aos acontecimentos políticos dos anos de 1914 e 1915. O facto de António Cobreira ascender a diretor da revista em 1915 era uma prova de confiança do proprietário-editor, atestando a sua consonância com a direção do *Ocidente*.

O Ocidente passou por um processo de reformas internas em 1913 especialmente bem recebido pela imprensa da época⁴. A capacidade de realizar este plano de mudanças resultava de ser uma *Revista de Arte e Letras e Vida Portuguesa* capaz de escapar aos escolhos perniciosos de cada época⁵. A renovação do *Ocidente* misturava-se profun-

“O Ocidente passou por um processo de reformas internas em 1913 especialmente bem recebido pela imprensa da época. A capacidade de realizar este plano de mudanças resultava de ser uma Revista de Arte e Letras e Vida Portuguesa capaz de escapar aos escolhos perniciosos de cada época.”

damente ao desejo da regeneração do país, à esperança de salvação da pátria e à recusa da decadência nacional com a qual se identificava de imediato:

“A decadência perniciosa onde de longa data desliza e mirra Portugal, tem um limite que é necessário transpor; e ao transpô-lo, ou morre ou se ergue em cânticos de fé, em gloriosa Renascença.

Os males de que enferma esta querida nacionalidade, não são constitucionais; e todos eles nascem e crescem, simultaneamente e concomitantemente, da atonia curável da sua vontade.

E daí defeitos e qualidades sebastianistas e saudosistas, só momentâneos ...

A fibra vital da psicologia lusa, é o sonho, sonho ardente, sonho veementíssimo que toca raias de exaltação mística.

Quando uma vontade firme e inteligente o anima e dirige, é sonho progressivo e incarna o Infante e Nun’Álvares.

Quando a vontade desfalece, torna-se sonho regressivo e é saudosismo ou sebastianismo.”⁶.

A atitude do *Ocidente* implicava uma aderência positiva a este espírito novo, traduzindo-se numa ação proactiva na renovação da nacionalidade, visando desempenhar um papel central no processo de transformação. Nesta perspectiva, o espírito de renovação insufla as páginas da revista, desempenhando a *Crónica Ocidental* um papel muito importante no processo como arauto dessa transformação:

“Por isso, pressentido na latência dos tempos decorrentes um novo espírito animando as coisas e gerando hábitos novos, esta Revista embebeu-se do novo espírito e ataviou-se de galas novas, não de galas exóticas, preciosas e rebarbativas, mas galas de bom tom, nacionalíssimas, considerando-se, como é, sempre e sempre, intransigentemente portuguesa.

É como se um Maestro, de largas aptidões e espírito amplo, acordando em tempos novos, quisesse interpretá-los; - neste caso, cumpre, pois, à *Crónica*, executar a Sinfonia de Abertura.

É como se Vítor Hugo, vislumbrando novos tempos, de realidade mais calorosa, abandonasse num momento, em desdém meigo e compassivo, as «perruques» clássicas e viesse a entoar novas e estranhas melodias; - neste caso, cumpre, pois, à *Crónica*, a recitação entusiástica do prefácio dum «Cromwell».

Tempos novos! Novos tempos!

Que assomem sobre o horizonte a sua luz fresca e sadia de madrugada e uma aura de paz e harmonia se descerre e estremeça pelas ruínas nostálgicas dos tempos que decorreram ...”⁷.

As crónicas jornalísticas da época, de cariz simultaneamente literário e político, incluíam uma análise atenta dos costumes e hábitos nacionais, permitindo sinalizar a

Europa vai à Guerra – Amadora, Vogais, 2014 (2013) pp. 480-482.

2 Rita Correia, *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Ficha Histórica, Lisboa, Hemeroteca Digital, 16/03/2012, p. 1-4

3 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, Caetano Alberto da Silva (diretor), *O Ocidente. Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, n.º 1217, 20 de Outubro de 1912, p. 226. António Cobreira foi um jornalista e escritor modernista ligado à revista *Orpheu* e amigo de Fernando Pessoa.

4 Redação, «O Ocidente» in *Ocidente*, ob. cit., N.º 1237, 10 de Maio de 1913, p. 131.

5 “Ora, esta gloriosa e veneranda Revista de Arte e Letras e Vida Portuguesa – que um estranho bom gosto, aprimorado e inteligente intitulou OCIDENTE – desde tempos, assiste, expectante, esperançosa, a este lento renovar de vida nacional.

Orientada, sempre, superiormente, por mão criteriosa e voluntariosa, soube evitar os escolhos dos Tempos, não se deixando inocular nunca dos ambientes infeciosos e viciosos que têm atravessado, e segura na sua experiência de meio século, soube atrair a si, em fluido de simpatia, um círculo cerrado de espíritos, correspondendo escrupulosamente às suas exigências.”, António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1231, 10 de Março de 1913, p. 50.

6 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1231, 10 de Março de 1913, p. 50.

7 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1231, 10 de Março de 1913, p. 50

evolução das revistas ilustradas. Não excluindo a importância das outras rubricas, tinha uma nítida primazia na definição das posições públicas da sua direção. Claro que seria esta a característica dominante da *Crónica Ocidental* de António Cobreira, pautando-se por uma exigência de rigor noticioso e qualidade literária impossível de confundir com as crónicas mundanas ou outros desideratos jornalísticos da época⁸. Nesta perspetiva, se situa a nossa análise desta rubrica do *Ocidente* complementada pelos múltiplos contributos dos redatores e colaboradores.

2. A *Crónica Ocidental*

No caso presente, importa seguir ao longo de 1914 e 1915 a evolução deste jornalista e da publicação na qual escreve para compreendermos os alinhamentos político-ideológicos subjacentes às leituras e interpretações do fenómeno bélico. A dinâmica política da Primeira República portuguesa (1910-1914) foi marcada desde o seu início por um conflito permanente entre os diferentes grupos partidários. O antigo P.R.P. (Partido Republicano Português), responsável pela queda da monarquia liberal na revolução de 5 de Outubro de 1910, tinha dado origem a três partidos rivais: os unionistas liderados por Manuel de Brito Camacho (1862-1934), os evolucionistas de António José de Almeida (1866-1929) e os democráticos de Afonso Costa (1871-1937) que mantinham a sigla do P.R.P. O mais importante deles era o último constituído, pela ala mais radical dos republicanos, de cariz jacobino e fortemente anticlerical. Tendo herdado o aparelho político do antigo P.R.P. e contando com o apoio de antigos monárquicos conseguia controlar as eleições, produzindo maiorias esmagadoras que o tornavam a força dominante. O monopólio do poder dos democráticos impunha uma constante radicalização da vida política da Primeira República Portuguesa e tornava impossível a estabilização política. As tentativas de integração

dos católicos, monárquicos, anarquistas, sindicalistas revolucionários e socialistas eram constantemente inviabilizadas. Assim sendo, os partidos rivais não tinham hipótese de vencer as eleições, remetendo-se para um papel de oposição mais ou menos passivo ou alimentavam as tentativas de golpe de estado contra os democráticos.

No final de 1913 a hegemonia política dos democráticos tinha sido posta em causa pela união de todas as forças partidárias de esquerda e de direita, contra o governo presidido por Afonso Costa, daí a sua subsequente queda. Desta forma, abriam-se novas perspetivas políticas, nos inícios de 1914, com a formação de um governo de coligação, liderado pelo embaixador no Brasil, Bernardino Machado (1851-1944). A revista *O Ocidente* não deixou de ser sensível a estas mudanças políticas, dando uma especial relevância ao seu regresso do Brasil e aproveitando o aparente desanuviamento político para exprimir claramente as suas preferências. Concedeu apoio total ao novo primeiro-ministro e ao seu governo, de cariz moderado, ao qual se atribuiu um conjunto de medidas opostas à dos radicais do partido democrático de Afonso Costa, até aí dominantes⁹. Compreende-se o entusiasmo com que saúda a aprovação de uma ampla amnistia política, embora lamentando as suas limitações¹⁰. A esperança no bom sucesso deste governo, em breve dá lugar a uma decepção, devido às limitadas capacidades políticas do chefe de governo, incapaz de manter o equilíbrio das forças partidárias e de prosseguir uma política marcadamente oposta à de Afonso Costa. A desilusão explica a expectativa moderada com que é encarado o fim desta experiência política. Depois de um governo democrático mal valorizado, segue-se o novo gabinete do general Pimenta de Castro de características moderadas e de cunho marcadamente oposto aos radicais do partido democrático de Afonso Costa. A apreciação do gabinete de Pimenta de Castro mostra de forma lacónica menor empatia motivada pelo facto

de, no meio de uma indefinição nacional perante a Primeira Guerra Mundial, nascer de um confuso golpe de estado só restando a esperança de que fosse um governo de capaz de trazer a tranquilidade política ao país¹¹. Apoio discreto, mas efetivo, bem patente nas reportagens fotográfica das manifestações militares e civis, a favor de Pimenta de Castro. Assim sendo, não será de estranhar que a revolução de 14 de Maio de 1915, que derruba a “ditadura” de Joaquim Pimenta de Castro (1846-1918) e coloca outra vez no poder os democráticos, seja descrita num tom neutro, lamentando a natureza revolucionária e violenta dos acontecimentos¹². Algo semelhante se passa com a eleição presidencial do democrático Teófilo Braga (1843-1924), do qual não existe propriamente uma notícia, mas simplesmente uma fotografia com uma legenda que refere tratar-se do novo presidente da República¹³. Em consequência, o discurso político da *Crónica Ocidental* assume características nitidamente contrárias aos democráticos de Afonso Costa. A ameaça de uma nova vitória do “democratismo” conduz o cronista a um conjunto de observações sobre a razão de ser do sucesso do P.R.P., começando por analisar a relação do partido com as suas bases políticas, de raiz popular e assimiladas à carbonária mas, essencialmente associados à “arraia-miúda”, ao “povo [que] implantou a República” e “o povo, miudinho e anónimo “experimentado no ataque à Religião e ao Capital” que autoriza Afonso Costa, quando ministro, a publicar as leis radicais da separação das Igrejas do Estado, do divórcio, da expulsão dos jesuítas ... Face a este “democratismo”, por ele detestado, pouco fica como contrabalanço conservador das suas orientações políticas. Aos olhos da opinião pública os partidos republicanos, adversos ao P.R.P. não parecem credíveis, quer se trate dos evolucionistas de António José de Almeida, ou dos unionistas

8 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1279, 10 de Julho de 1914, p. 218.

9 Redação, Dr. Bernardino Machado-Chegada a Lisboa, ob. cit., N.º 1264, 10 de Fevereiro de 1914, p. 38.

10 Redação, A Amnistia, ob. cit., N.º 1267, 10 de Março de 1914, p. 74.

11 Redação, Situação Política, ob. cit., N.º 199, 30 de Janeiro de 1915, p. 26.

12 Redação, Dias de Revolução, ob. cit., N.º 1310, 20 de maio de 1915, pp. 162-163.

13 Redação, Dr. Teófilo Braga. Novo Presidente da República Portuguesa, ob. cit., N.º 1311, 30 de Maio de 1915, N.º 1311, p. 169.

de Brito Camacho, acontecendo o mesmo com os chamados “independentes”. António Cobreira considera que estes partidos não conseguem ocupar verdadeiramente o espaço conservador na República portuguesa, minada pela força corrosiva do jacobinismo e a divisão estéril das forças políticas oponentes a Afonso Costa¹⁴.

O constante apelo à unidade nacional, a constatação da complexa situação do país e a permanente oposição ao radicalismo afonista, explicava a sua aversão ideológica e política ao movimento portuense da *Renascença Portuguesa* (1912-1932), animado por Jaime Cortesão (1884-1960), associado negativamente a Afonso Costa e ao P.R.P.

“Na sua última visita à cidade invicta, teve o sr. dr. Afonso Augusto da Costa ocasião de visitar o lírico tugúrio da «Renascença Portuguesa».

Não seremos nós quem poalhe de ridículo esta benemérita instituição – antes, reconhecemos que ela, de direito, nos merece ponderosas considerações e acatamento reverencioso. De «Renascença Portuguesa» - raros têm ouvido falar e ninguém sabe, ao certo, o que na verdade pretende. Alguém chama-lhe «Club dos Furiosos» dando, é claro, à palavra a lídima aceção camoniana. Evidentemente, é uma sociedade, por quotas, constituída de sócios fundadores, sócios beneficentes e sócios contribuintes.

Assim, só a ela nos referiremos, para registo de factos e finalizar sério de crónica que é habitualmente e irresistivelmente irónica.

Esguedelhado sublunar que emprega, com honra e crédito, esforços consideráveis para se chamar Jaime Cortesão, preparou ao famoso democrata uma receção solene. E disse-lhe com pausa e frémios de crina:

«A «Renascença-Portuguesa» tem o nobre intuito de procurar espalhar e avigorar o amor da sua pátria e por isso mesmo ele (orador) se vangloria de saudar Afonso Costa, que tem dedicado o seu maior esforço e inteligência a uma obra identicamente reconstrutiva».

Ficamos, pois, sabendo que Jaime Cortesão se vangloria de saudar Afonso Costa e

presume emparelhar com ele no empreendimento da mesma obra que é, sem dúvida, a fermentação do húmus arável da nossa Terra.”¹⁵.

Nestas circunstâncias, compreendia-se, em contrapartida, a adesão entusiástica ao programa político da revista *A Nação Portuguesa* (1914-1938) de Alberto de Monsaraz (1899-1959), porta-voz dos integralistas portugueses, em Maio de 1914:

“Começou de publicar-se em Coimbra uma revista de filosofia política – *Nação Portuguesa*. Todo o seu programa que expõe, sem hesitações, nas primeiras páginas, é uma demonstração de coragem cívica e de energia de espírito. Traz no olhar a experiência dolorida de séculos, a inquietação da atualidade, e a esperança redentora no futuro. Essa esperança eleva-se, em nebulosa, de todas as almas, e reduz-se, a intensificar-se, no desejo de sermos irremediavelmente portugueses.

É esta a finalidade. O processo é vário.”¹⁶. O discurso de um nacionalismo integrista escora-se nas realidades geopolíticas do país e das suas possibilidades futuras de obter uma nova dimensão política, voltando a um passado de grandeza e fazendo face ao imperialismo de Afonso XIII. Assim sendo,

15 “Ao diante, o facundo orador refere-se, para demonstrar-nos, mais uma vez, que cultiva os mesmos lugares-comuns, «à frase de Isabel a Católica aplicada a D. João II, que também ao dr. Afonso Costa se podia dedicar, pois este senhor era ...», etc., etc., etc. Alfim, assevera-lhe que «bem veria na «Renascença-Portuguesa», se a olhasse carinhosamente, criaturas cheias de rara abnegação que é indispensável a todos as obras grandes, bem útil se tornando para a patriótica agremiação toda a atenção que ele (chefe dos democratas) lhe dispensasse».

O sr. dr. Afonso Costa arrepiou os bigodes e num sorriso de promessa disse «conhecer alguma coisa da «Renascença-Portuguesa» por notícias dispersas nos jornais, mas que, ao ver nesse movimento alguns nomes, logo que se convenceu de que era esta uma obra útil e que necessitava de ser estudada de perto.» E imediatamente «mostra estar hoje o terreno excelente para uma profícua sementeira, pois acredita absolutamente em que Portugal saberá erguer-se de novo e nesse sentido afirma que a «Renascença-Portuguesa» poderá fazer muito multiplicando os seus esforços, e espalhando-os pelo país, levantando-o mais longe possível a sua ação.”, Cobreira, António, *Crónica Ocidental*, N.º 1270, 10 de Abril de 1914, p.109-110.

16 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1273, 10 de Maio de 1914, p. 146.

existe uma coincidência de posições entre o que a *Crónica Ocidental* tem vindo a dizer e o projeto desta nova revista em nome de uma “necessidade intrínseca de nacionalidade”¹⁷. O projeto nacionalista integralista parecia ser bem acolhido, embora sem se tornar dominante ou exclusivo, sendo interpretado dentro da necessidade de refazer a unidade da nacionalidade já anteriormente defendida.

Podemos, assim, situar *O Ocidente* no campo de um conservadorismo republicano, mas com uma forte abertura aos monárquicos e católicos sem que isso signifique uma aderência específica a nenhuma destas correntes. Nesta perspetiva, as questões de política externa confundiam-se com os problemas de política interna, dando origem a uma interligação que implicava ter em atenção as dificuldades económicas do país e a necessidade de reorganizar a agricultura, a indústria e a política colonial. Impunha-se a necessidade de uma profunda transformação interna de Portugal, alicerçando-se na resolução do “problema da ordem e da conciliação da família portuguesa” até agora irresolúveis.

17 “Colocados, por fatalidade, entre a ambição de imperialismo de Afonso XIII e a ganância das potências máximas, não sabemos, de futuro, se tornaremos a ser grandes, como dantes eramos, ou permaneceremos mínimos, como agora somos: por certo, animados a esperança de que seremos, suceda o que suceder, portugueses irredutivelmente. Sobretudo, esta Revista é, pois, uma iniciação. O movimento social que representa, corresponde a uma necessidade intrínseca da nacionalidade. Assim, a sua intencionalidade estava, em esforço, há tempos, gizada nas laudas da *Crónica Ocidental*.” “Colocados, por fatalidade, entre a ambição de imperialismo de Afonso XIII e a ganância das potências máximas, não sabemos, de futuro, se tornaremos a ser grandes, como dantes eramos, ou permaneceremos mínimos, como agora somos: por certo, animados a esperança de que seremos, suceda o que suceder, portugueses irredutivelmente. Sobretudo, esta Revista é, pois, uma iniciação. O movimento social que representa, corresponde a uma necessidade intrínseca da nacionalidade. Assim, a sua intencionalidade estava, em esforço, há tempos, gizada nas laudas da *Crónica Ocidental*.”, António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1273, 10 de Maio de 1914, p. 146.

14 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1275, 30 de Maio de 1914, pp. 169-170.

3. O patriotismo e o intervencionismo.

O atentado de Sarajevo em 28 de Junho de 1914, ponto de partida de uma complexa cadeia de acontecimentos, conduziu ao desencadear da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O *Occidente* deu grande relevância ao trágico evento, através de um primeiro artigo de J. A. Macedo de Oliveira, onde se descreve de forma extensa o assassinio dos arquiducos¹⁸. Num segundo artigo, o mesmo autor, escarpela, com minúcia, as consequências do atentado em termos da complexa rede de alianças militares entre as diversas potências europeias¹⁹. Todavia, a percepção do risco de um conflito internacional não foi, por parte da *Crónica Ocidental*, imediata. Há apenas uma pequena referência ao atentado de Sarajevo, mas sem qualquer relação direta com o imbróglia político do velho continente e as suas consequências militares²⁰. O desenrolar dos acontecimentos e o início do conflito mundial mudariam, em breve, o rumo das observações de António Cobreira, abrindo caminho a uma reflexão mais vasta sobre a necessidade de uma participação nacional.

Nesta perspetiva, analisava a hipótese de uma intervenção armada portuguesa no confronto militar, louvando o passado heroico dos portugueses e a sua coragem, indómita, demonstrada nas batalhas de Ourique, Atouros, Montes Claros e na Revolução republicana do 5 de Outubro de 1910²¹. Contudo, o renascimento do heroísmo entre os portugueses - completamente natural - não seria determinante, na sua opinião, na entrada no conflito mundial. Assim sendo, o autor seria favorável a uma participação nacional na guerra, assumida como escolha coletiva incontestada do povo português, ao lado dos aliados, fazendo uma breve resenha dos alinhamentos político-militares possíveis. O posicionamento

de Portugal teria de ser feito inequivocamente do lado da Triple Entente contra a Áustria e a Alemanha, pois seria a condição essencial de preservação da nacionalidade, impossível de alcançar através de uma neutralidade mal-assumida. Considerava, ainda, que deveriam ser as razões de ordem prática e não os ressentimentos ou agradecimentos passados a dominar as reflexões sobre as potências em confronto: a França, a Alemanha e a Inglaterra. Todas elas davam origem a sentimentos contraditórios, mas o que contava no presente era o princípio de direito defendido pela nossa aliada, a Inglaterra, colocando-se indubitavelmente Portugal ao seu lado. As manifestações dos batalhões de voluntários e de populares atestavam a prontidão dos portugueses de entrar na guerra, embora de momento não existisse um apelo das potências para a participação nacional no conflito. A constatação de uma certa indefinição ou indecisão da participação nacional na guerra permite-lhe falar do “auxílio contingente” do país a qualquer potência europeia. Esta posição nacional perante o conflito espelha-se bem na interrogação sobre a atitude de expectativa de Portugal, acrescentando uma crítica à atitude do governo que, numa violação da liberdade de imprensa, resolve apreender jornais em nome da segurança do estado, gerando boatos de uma mobilização interna do país.

Estas reflexões, imbuídas de forte ironia sobre os hipotéticos preparativos militares portugueses, dão azo a um conjunto de observações sobre os defensores radicais da intervenção portuguesa na Primeira Grande Guerra, de filiação maçónica, atestando a sua oposição, já anteriormente afirmada, ao jacobinismo republicano. O jornalista critica, de maneira agressiva, as suas justificações ideológicas sobre a participação portuguesa no conflito: apoiavam-se nos velhos tratados existentes entre Portugal e a Inglaterra para reafirmarem a aliança com a Grã-Bretanha, mas simultaneamente viam o conflito militar como um confronto cósmico e escatológico entre a reação e o progresso, apresentando-se como campeões da liberdade. O cronista apontava as contradições desta visão da realidade,

constatando a excelência da organização social da Alemanha, um país marcado pelo autocratismo face ao “democratismo desorientador” dos seus opositores e, finalmente, a impossibilidade de considerar a Rússia membro integrante da Triple Entente como “um defensor da liberdade”. Tratava-se de salientar o absurdo das interpretações ideológicas, defendendo uma perspetiva mais marcada por uma visão geoestratégica²².

O tom patriótico favorável a uma intervenção portuguesa na Primeira Guerra Mundial ganhava novos contornos com a partida dos expedicionários para as colónias de África (Angola e Moçambique), descrita inicialmente em termos líricos. Num segundo momento, tratava-se de justificar estas expedições africanas interligando-as com a proteção do “património tradicional”, numa postura puramente defensiva, sem almejar qualquer tipo de conquista e defendendo o desenvolvimento económico dos territórios ultramarinos²³. Consequentemente acentuava-se a visão da participação nacional no conflito, assumindo a relevância da defesa do “património colonial”, realizada pelas expedições enviadas para África perante as ameaças do “ácido germânico” e elogiando os soldados enviados para a região do Cuamato em Angola²⁴. Compreendia-se que as expedições de África tinham largo relevo nas páginas do *Occidente*, sendo alvo de apaixonadas descrições. Em 10 de Setembro de 1914 surgia nas páginas da revista, na sua primeira página, uma fotografia do tenente-coronel Alves Roçadas, comandante da expedição militar a Angola, acompanhada de um título grandiloquente e destacado: “Expedição Militar às Províncias de Angola e Moçambique”²⁵. No mesmo número aparece também a fotografia do tenente-coronel Massano de Amorim - Comandante da Expedição Militar a

18 J. A. Macedo de Oliveira, *Pelo mundo fora*, ob. cit., N.º 1279, 10 de Julho de 1914, pp. 220-221.

19 J. A. Macedo de Oliveira, *Pelo mundo fora*, ob. cit., N.º 1282, 10 de Agosto de 1914, pp. 256-260.

20 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1270, 10 de Julho de 1914, p. 218.

21 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1283, 20 de Agosto de 1914, p. 266.

22 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1284, 30 de Agosto de 1914, p. 278.

23 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1286, 20 de Setembro de 1914, p. 302.

24 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1291, 10 de Novembro de 1914, p. 362.

25 Redação, *Expedição Militar às Províncias de Angola e Moçambique*, Tenente-Coronel Alves Roçadas, Comandante em Chefe da Expedição Militar a Angola, ob. cit., N.º 1285, 10 de Setembro de 1914, p. 289.

Moçambique - reforçando a mesma ideia do valor extraordinário e da glorificação dos expedicionários²⁶.

António Cobreira insiste numa visão distanciada dos acontecimentos internacionais, assumindo uma objetividade afastada da tomada de posição por um ou outro dos lados em confronto²⁷. O facto não impede a *Crónica Ocidental* de noticiar criticamente e condenar as atrocidades cometidas na Bélgica pelos alemães, sobre as populações civis, ou escandalizar-se com a barbárie do bombardeamento da Catedral de Reims, assumindo uma posição nitidamente antigermânica. Esta posição justifica, em parte, o alinhamento pró-aliado do jornalista e, decerto, a pressão da revista *O Ocidente* em prol da participação portuguesa na guerra, ao lado da França, da Grã-Bretanha e da Rússia. Consequentemente justifica-se a publicação na página inicial do exemplar desta revista de 20 de Outubro de 1914, das fotografias dos oficiais portugueses que devem constituir a base de uma legião portuguesa, destinada a combater nos campos de batalha da Europa. A reflexão sobre a próxima partida de um contingente militar para os campos de batalha da Europa, em confronto direto com a Alemanha, dependia da reunião iminente do Congresso da República para se pronunciar sobre o assunto. O apoio entusiástico à participação de forças portuguesas na frente de batalha europeia, implicava um discurso heroico sobre o sacrifício de vidas humanas ao serviço da pátria, numa gesta gloriosa e salvífica da nação. António Cobreira fazia um apelo aos familiares para apoiarem os militares que partiam, minimizando a expressão de emoções negativas. Além disso, justificava a entrada de Portugal na Grande Guerra como resultante do cumprimento do dever inelutável de combater uma tirania universal, a Alemanha²⁸.

O discurso político da *Crónica Ocidental*

sobe de tom após a sessão do Congresso da República de 23 de Novembro de 1914, considerada um sinal inequívoco da entrada nacional na Primeira Guerra Mundial, festejada de forma triunfal com uma fotografia na primeira página da edição de 30 de Novembro de 1914 e legendada sugestivamente: “Sessão Histórica”²⁹. Porém, não se limitava a esta fotografia, pois acrescentava-lhe um mapa das fronteiras portuguesas e alemãs onde se revelavam as áreas disputadas, lembrando a existência de combates entre as duas potências em África³⁰. Não será, assim, estranha a importância que a *Crónica Ocidental* dá a esta sessão parlamentar, interpretando-a como um ponto de não retorno no empenho português no caminho da guerra, aproveitando para salientar a importância dos laços da aliança com a Inglaterra e considerando um dever inalienável participar na guerra a seu lado. Não se fica por aqui o conjunto de observações do cronista sobre a dita sessão histórica, juntando-se-lhe a transcrição parcial de um documento dela emanado sobre a eventual participação de Portugal na guerra ao lado da Inglaterra e da França. Segue-se a ordem de mobilização parcial do exército de 25 de Novembro de 1914, destinada a criar uma divisão expedicionária destinada a combater na Frente Ocidental. O equívoco provocado por estas decisões governamentais exprime-se na crença de se estar perante uma situação de beligerância nítida ao lado da França e da Inglaterra e que se justificaria pelas incursões militares dos alemães no Sul de Angola³¹. Tal não era a realidade, pois a entrada de Portugal só surgiria em 9 de Março de 1916 depois da declaração de guerra alemã.

As dúvidas sobre as opções da política externa portuguesa mantêm-se, dando azo a uma cópia das declarações do filósofo espa-

nhol Miguel Unamuno (1864-1936) sobre os políticos do país vizinho, aplicando-os a Portugal, considerando que um povo que não tem consciência internacional não tem verdadeiramente consciência nacional³². A ambiguidade portuguesa, marcada por uma aparente indecisão quanto ao rumo a tomar na questão da participação nacional na Primeira Grande Guerra, dá lugar a uma profunda desilusão sobre a situação externa portuguesa. O autor considerava que a nossa política externa não tinha continuidade, nem coerência, sendo uma confusão constante, que unicamente produzia um barulho de fundo e fazia que se perdesse o sentido da missão essencial da defesa da independência nacional. Este facto explicava sem dúvida a queda profunda do país, depois da época heroica das “caravelas” e a decadência humilhante da pátria. A nacionalidade decaída significava uma perda de autonomia nacional no plano internacional onde a nossa situação se tornava perigosa, mesmo face a Espanha, embora a ameaça fosse mais aparente do que real. Portugal tinha sido apenas um protetorado das potências estrangeiras, (a Espanha, França, Inglaterra e Alemanha) que se sucediam no usufruto do país, enquanto os custos da governança recaíam sobre a nação. Perante esta dura realidade, não surgira um gesto de revolta que redimisse o país nem se tinha feito a defesa da “Tradição”, base única sobre a qual se firmava a nacionalidade e que tinha sido lamentavelmente atacada e destruída por uma “ralé intelectual”. No entanto, este sobressalto permitia visuali-

26 Redação, Tenente-Coronel Massano de Amorim – Comandante da Expedição Militar a Moçambique, ob. cit., N.º 1285, 10 de Setembro de 1914, p. 291.

27 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1288, 30 de Setembro de 1914, pp. 325-326.

28 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1289, 20 de Outubro de 1914, pp. 337-338.

29 Redação, Sessão Histórica – Sessão realizada na Câmara dos Deputados, dia 23 deste mês – O presidente do governo sr. dr. Bernardino Machado, lendo a sua proposta de lei, ob. cit., N.º 1293, 30 de Novembro de 1914, p. 385.

30 Redação, Mapa das fronteiras portuguesas e alemãs em África, ob. cit., N.º 129, 30 de Novembro de 1914, p. 386.

31 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, N.º 1293, 30 de Novembro de 1914, pp. 385-386.

32 “A terminar esta crónica doloridamente irónica recordamos as palavras claras e belas de Miguel Unamuno: - «Nossa consciência nasce em frente das demais consciências e em contraste e em consórcio com elas. O absolutamente solitário é um inconsciente; absolutamente individual é o animal, ou antes, o vegetativo, o meramente corpóreo. A consciência do indivíduo é social – como a consciência dum povo. Povo que não tem consciência internacional, sentido do seu destino e missão ante os demais os povos – não tem consciência nacional nem tão pouco sentido de pátria.»

Palavras escritas intencionalmente para Espanha, podem ser dirigidas aos políticos e várias gentes impolíticas da nossa Terra ...”, António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1299, 30 de Janeiro de 1915, p. 26.

zar uma reação positiva que implicava uma episódica congregação dos bons portugueses em volta da ideia de pátria, opondo-se à política desagregadora da unidade nacional³³.

4. O militarismo e o pacifismo

As reflexões de António Cobreira sobre a participação portuguesa na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), eram, em parte, consequência da política externa nacional. A *Crónica Ocidental* começando pelas observações sobre o pacifismo, veiculava um conjunto de preocupações sobre os aspetos morais e filosóficos da paz e da guerra. Na sua opinião, a competição armamentista, o imperialismo mal assumido e as reivindicações territoriais, arrastavam as grandes potências europeias para uma conflagração generalizada³⁴. A inevitabilidade da guerra internacional propiciava a reflexão sobre o fenómeno bélico³⁵. António Cobreira não festejava o grande confronto iminente, pois vira nele o risco de uma enorme carnificina e uma catástrofe para a Humanidade. Desenhava-se ao longe uma enorme e generalizada matança que tinha como base “a prática fria da estratégia” e o recurso à ciência como instrumento do extermínio, indo ao encontro das reflexões de Eugênio Huzar (1820-1890) sobre o fim do mundo. A perspectiva do autor seria a do triunfo realista das relações internacionais assentava, na afirmação de Bismarck, do primado da força sobre o direito³⁶. A guerra, designada “espectro vermelho”, aparecia como uma série de horrores sem fim, que se acumulavam e tinha o efeito de provocar emoções, tornando “o povo sentimental” e o medo generalizado. A posição tornava-se mais clara, em termos teóricos, quando se avaliava a natureza da relação entre paz e guerra.

Considerava-os, assim, fenómenos não necessariamente contraditórios, mas apenas diferentes, existindo uma espécie de equivalência geral em torno da luta pela sobrevivência - o “instinto de conservação”! Ou seja, a visão do darwinismo social, do *struggle for life*, como fenómeno generalizado da sociedade, quer na paz quer na guerra, sendo ambas complementares e tornando tolerável a vida. O autor procedia a uma avaliação equilibrada das consequências da paz e da guerra, assumindo uma posição nitidamente antipacifista ao desvalorizar a paz, considerando-a uma utopia que seria esterilizante ao contrário da guerra. A guerra só destruía e matava, era um elemento de vitalidade e de dinamismo que não se encontrava numa paz perpétua e, nesta perspectiva, um pouco absurda, “a morte é ainda vida”! Assim sendo, compreendesse a descrição de uma reportagem de um jornalista francês noticiando a marcha de um regimento pelos campos e aldeias de França e a reação negativa das pessoas com medo da guerra. O jornalista criticava a atitude de receio e os lamentos e choros ao verem o desfile das tropas numa aldeia, dizendo que não era nenhum enterro e que iriam a cantar para o campo de batalha. Supõe-se, assim, que, igual atitude estoica e heroica, devia ser seguida por toda a gente, tratando-se da atitude correta de encarar a guerra³⁷.

Neste panorama se situava a questão da guerra universal, partindo da constatação da sua realidade presente e criticando o otimismo pacifista, pela sua ingenuidade. A catástrofe universal realizava-se com a violência e a morte como elementos determinantes. Perante os ingénuos Congressos pacifistas de Haia (Conferências de Paz de 1899 e 1907), que sonhavam com um futuro ideal, desenrolava-se toda uma trama dramática, com as fábricas alemãs Krupp a produzirem armamentos, cada vez mais aperfeiçoados e canhões de calibre mais pesado. A França, a Rússia e a Inglaterra aliavam-se secretamente para desencadear alianças militares, preparando-se para a guerra. O ano de 1912 do início da Pri-

meira Guerra dos Balcãs (1912-1913) tinha sido justamente assinalado anteriormente pela *Crónica Ocidental*, sendo um ponto de viragem e fora posteriormente confirmado por esta guerra universal. Todavia, a situação era mais grave porque assumia como dimensão essencial, a já referida ideia do darwinismo social, de que a “vida é luta”, e assim se o “instinto bélico” era o mal, o facto era que era essencial à vida e se fosse extirpado a vida extinguir-se-ia. O ceticismo, sobre as pretensões pacifistas perante a realidade cruel e duradoura da guerra universal, aumentava face às afirmações de que se trataria da última guerra a ser travada. Esperança ilusória ... que desmentia, de imediato, recorrendo aos números das estatísticas sobre o conflito, compilados de Raymundo Lestonnat (1860-1943) demonstrando que os gastos armamentistas feitos nas áreas produtivas da economia incrementariam o progresso³⁸. A “Grande Guerra” era, ainda, objeto de uma reflexão que não deixava de salientar a inevitabilidade do conflito a gravidade da destruição e a unanimidade universal simbolizada pela expressão de Máximo Gorki (1868-1936): “avançar, avançar” de Gorki. O discurso sobre a guerra mistura o apelo à glória da pátria com a condenação violenta de uma guerra promovida pelas chancelarias das grandes potências. A “luta de feras rapaces” nada tinha a ver com o combate entre reação e liberdade, desmentido pelos factos e a natureza das potências em confronto. Este facto causava-lhe natural repulsa, mas não o impedia de acusar a Alemanha de ser inequivocamente a principal responsável. Chegado a este ponto das suas reflexões o autor assume-se vigorosamente como antipacifista e defensor da guerra: a guerra em defesa de um princípio, de uma ideia ou de uma reivindicação social era legítima. Porém, a guerra hedionda sem razão que a legitimasse nem intuito que a justificasse era inadmissível, sendo a barbárie da Alemanha um óbvio exemplo³⁹.

A visão belicista de António Cobreira opu-

33 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1304, 20 de Março de 1915, p. 86.

34 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1281, 30 de Julho de 1914, pp. 241-242.

35 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1285, 10 de Setembro de 1914, p. 290.

36 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1282, 10 de Agosto de 1914, p. 254.

37 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1285, 10 de Setembro de 1914, p. 290.

38 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1292, 20 de Novembro de 1914, p. 374.

39 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1311, 30 de Maio de 1915, pp. 169-170.

nha-se radicalmente aos congressos internacionais da paz pela ingenuidade das suas propostas embora, reconhecendo a sua natureza humanitária, altruísta e generosa. A análise da natureza do pacifismo dos Congressos Socialistas não deixaria igualmente de ser negativa, nomeadamente do Congresso da Internacional Socialista de Copenhaga de 1910. A crítica dirigia-se em primeiro lugar à ingénuo crença na hipótese do desarmamento geral ou, pelo menos, numa diminuição equilibrada dos armamentos. As hipóteses de sucesso do pacifismo socialista pareciam-lhe irrisórias e simultaneamente contraditórias pois, apoiavam-se numa proposta radical do britânico James Keir Hardie (1856-1915) e do francês Édouard Vaillant (1840-1915) centrada na greve geral, destinada a boicotar as indústrias de guerra. A moção referida seria basicamente antipatriótica pois, implicaria o desarmamento de um país faça ao outro, deixando em perigo os socialistas que faziam parte da primeira nacionalidade, razão pela qual o francês Jules Guedes (1845-1922) a recusou⁴⁰.

A proposta moderada de Jean Jaurès (1859-1914) era também criticada, assumindo-se a impossibilidade da greve geral, simultânea, nos dois países no início do desencadear das hostilidades. A *Crónica Ocidental* acreditava que esta proposta não era exequível porque se traduziria numa maior miséria

40 “Em face disto, que podem pretender ainda os defensores acérrimos do pacifismo? Realizá-lo, tanto quanto possível, imediatamente?... Foi esta a intenção única que presidiu à convocação do congresso socialista recém-realizado. As moções ali apresentadas são de ordem vária e mereceram da imprensa as mais diversas apreciações. Assim, aparece-nos, em primeiro lugar, a moção radical de Hardie-Vaillant. Proclama, *tout-court*, a eficácia da greve geral, sendo para considerar a sua importância nas indústrias que fornecem instrumentos de guerra. Á evidência, esta moção é antipatriótica. A realizar-se, equivaleria a entregar, inerte e inerte, uma pátria às garras aduncas do adversário. Deste modo, seria um perigo flagrante para os próprios socialistas que, contudo, e apesar de tudo, fazem parte integrante duma nacionalidade. Integrados numa nacionalidade, são, como de todos, mais dos que os outros, vítimas dos reveses que ela sofre. Inevitavelmente. Isto mesmo, disse-o Jules Guesde que combateu energeticamente a moção estreita e extrema de Hardie-Vaillant.” Cobreira, António, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1281, 30 de Julho de 1914, pp. 241-242.

para os operários do país vencido, sendo em contrapartida os trabalhadores do estado vencedor compensados pela vitória. A eficácia seria muito reduzida uma vez que no momento do desencadear das hostilidades já estariam os respetivos países providos dos armamentos necessários. Aliás, o efeito seria muito maior, antes da declaração das hostilidades, ao longo dos dias de paz em prol de uma mobilização geral contra a preparação militar, ou então, uma greve nos quartéis, ou ainda a supressão das leis de recenseamento militar. Todavia, estas opções surgiam todas como impossíveis e, na prática, totalmente irrisórias face à conflagração geral. Segue-se uma reflexão teórica sobre as propostas pacifistas de Jean Jaurès consideradas impossíveis de serem aceites em França, dado o espírito de *revanche* resultante da derrota na guerra franco-prussiana de 1870. As tendências dominantes na Alemanha, tornavam-nas igualmente inaceitáveis, pois dispunham de uma organização militar cujo prestígio e força não desejariam abandonar. Assim sendo, não estavam de acordo com o pacifismo predominante no partido socialista francês e subsequentemente, punham em causa a anterior confiança na II.ª Internacional (1899-1916).

O militarismo germânico tinha vencido o pacifismo francês, não tendo conseguido o partido socialista francês vencer a oposição da social-democracia alemã, traída perante as propostas pacifistas de Jean Jaurès. O nacionalismo dos operários alemães tinha viabilizado a declaração de guerra da Alemanha no *Reichstag*, apoiando o kaiser. O pacifismo das pequenas potências era considerado uma atitude oportunista e hipócrita por ser fácil de tomar, não assumindo as suas consequências e na prática era totalmente inútil. O partido socialista francês tinha acordado demasiado tarde da sua bela ilusão, tendo a França apenas sido salva pela resistência da Bélgica, o domínio absoluto da Inglaterra nos mares, o poder colossal da Rússia e a atitude favorável de outras nações⁴¹.

41 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., 30 de Setembro de 1914, N.º 1287 pp. 313-314.

A contestação do pacifismo não o impedia de levar a cabo uma reflexão sobre a guerra, enquanto fenómeno social, afirmando que produzia necessariamente um conjunto de desgraças e males. Porém, demonstrava de seguida um enorme desinteresse pelas vidas perdidas, considerando que o essencial não era a vida em si mesmo, mas a esperança, a crença e o sonho. Ora, sintomaticamente, os alemães tinham destruído tudo isso ao bombardearem Reims, pois haviam cometido um ato bárbaro, atingindo a humanidade no seu todo⁴².

5. O progresso e a civilização.

As críticas violentas, ao pacifismo, foram acompanhadas por uma reflexão mais vasta sobre o progresso e a evolução da civilização que recusava todas as utopias sobre a igualdade das sociedades futuras. Na verdade, a “cidade futura” dos revolucionários e visionários é uma espécie de impossível paraíso terreal, repousando sobre alicerces de areia⁴³. Na opinião do autor a ideia de progresso não corresponde a uma realidade concreta e o conceito de civilização não passa de uma palavra vazia de sentido:

42 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1288, 30 de Setembro de 1914, p. 325-326.

43 A análise crítica da ideia de “Cidade Futura” fora desenvolvida anteriormente em 1913 numa linha antisocialista e antirrevolucionária por António Cobreira, incluindo um ataque ao estado social formulado pela social-democracia alemã de Ferdinand August Bebel (1840-1913): “Em Portugal, também de todos os cantos, pululam, como cogumelos venenosos, teóricos de revolucionarismo avançadíssimo. São os visionários da Cidade Futura, que, enfim, pelo decurso dos tempos, modifica estranhamente os projetos da sua topografia. Para esses – a Pátria é a defesa cómoda duma minoria de exploradores sófregos e imbecis. Arrasem-se as fronteiras! – tal é o grito. De todas os declamadores do nosso mal-aventurado século, são estes os mais sinceros e, por isso mesmo, mais mal pagos. Entretanto, entre eles, alguns de cérebro menos esturrinhado, ou estômago menos repulsante, conseguem comer até à repleção, à sombra da árvore social que eles amaldiçoam. Temos-os em vista o honrado Bebel, há pouco falecido e sempre lastimado, que soube para benefício seu e de seus herdeiros, impor contribuições e cobrar impostos à conta da pacífica e igualitária Cidade Futura.” António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1251, 30 de Setembro de 1913, p. 249.

“Indubitavelmente – a teoria visionária do pacifismo apraz meigamente aos ânimos do nosso tempo. Aqueles que se acostumaram a dar à palavra simples progresso – uma significação mais transcendente e ainda hoje creem piamente na causa da Civilização – eram coerentemente prevendo o advento dum era nova e esquisando lineamentos da cidade futura, populada de gente mais cordata, ordeira, inalteravelmente pacífica. Todos seriam igualmente iguais, na cooperação do mesmo esforço e na partilha dos mesmos benefícios. Os homens dar-se-iam as mãos numa ronda de felicidade, extasiados no sonho de transfigurar este globo de lama num paraíso eternal de delícias. As criaturas humanas seriam ainda bípedes, é certo – mas sem penas nem penas, não usariam jamais bacamartes ou obuses mortíferos. – Arcanjos – deporiam até a espada flamejante de que fala a Bíblia ...

Ilusões.

A ideia de progresso não corresponde a uma realidade concreta. Civilização é uma palavra - e palavra vazia de sentido. A era nova retarda indefinidamente o seu advento de glória. A cidade futura que sabiamente e imaginosa se arquitetara, repoua, sem alicerces, sobre areia movediça, e basta um estremecimento leve e breve para a derruir.”⁴⁴

A contradição emerge na realidade do século XX, sendo simultaneamente o apogeu da civilização e o século trágico de uma calamidade, ou seja, o século da “Grande Guerra”. Aliás, desmontando todo o imaginário nascido do Iluminismo setecentista, demonstra, em contraposição ao otimismo positivista oitocentista, a ineficácia da ciência na melhoria das sociedades. Foi exatamente a Alemanha, nacionalidade das mais avançadas cientificamente, que provocou este conflito geral, transformando a “cidade das luzes” numa “cidade das chamas”. O futuro não será risonho, sucedendo-se as desgraças e as destruições maciças provocadas por este grande conflito. As consequências materiais e morais eram devastadoras, pondo mesmo em causa a ideia otimista do

progresso, expressa na expressão, “*le monde marche*”, título de um livro clássico de Eugène Pelletan (1813-1884)⁴⁵. As análises da guerra tomavam um novo relevo quando o cronista se centrava na relação entre a ciência e a guerra, seguindo o trabalho de Eugénio Huzar intitulado “Fim do mundo pela ciência”⁴⁶. E estas afirmações são reforçadas em análises sucessivas em que cita Ferdinand Brunetière (1813-1884) e Henry Thomas Buckle (1821-1862):

“Se isto assim não fosse – alguém mais autorizado que Brunetière, já agora teria proclamado outra vez a bancarrota da ciência. Não. A ciência não faliu. Os acontecimentos da guerra demonstram-no à evidência. Se está provado que a ciência não dá nem prolonga a vida, é certo que aproxima vertiginosamente a morte. Se a farmacopeia não põe a são e salvo, ao menos inventa doenças novas. Tomás Buckle prova que a moral dos povos não progride – mas é incontestável que a civilização sabe melhor astenir e perverter os temperamentos.

A este respeito, ninguém nutre ilusões ...” . Assim sendo, a visão do progresso é pessimista pois, é puramente material podendo os melhoramentos científicos serem aplicados à guerra sem qualquer valorização moral da Humanidade, tendo Eugénio Huzar neste ponto razão sobre o otimismo de Eugène Pelletan:

45 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1291, 10 de Novembro de 1914, p.362.

46 “Eugénio Huzar sentiu assomos de profetismo, ao escrever essa obrázinha interessante, que intitulou – *Fim do mundo pela ciência*.

Na verdade, todos os acontecimentos, que se vão desenrolando, de longe, mundo em fora, tragicamente, amostram que o tino escritor não exorbitava do círculo lógico da realidade. Limitou-se a inferir sem ironia consequências de primícias que representa incontestáveis um espírito simples e reto.

Neste momento, o mundo inteiro apresta-se ainda para a grande luta, isto é, a maior parte da população, bípede e implume, subllunar, dá-se morte implacavelmente. O combate moderno resolve-se numa aplicação minuciosíssima de fórmulas. O campo de batalha é um laboratório imenso onde as engrenagens e maquinagens estão todas cientificamente calculadas para alastrar, na extensão de léguas sem conta, a morte irremediável. A guerra atual tem de curioso, que é a experimentação das teorias engenhosas que a ciência andou por tantos e tantos anos a preparar.” António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1313, 30 de Junho de 1915, p.193-194.

“O progresso não esclareceu as consciências, mas afinou os instintos. Não se pensa já hoje na alquimia, mas todos meditam subtilmente nos processos mais fáceis de escamotear ouro aos seus vizinhos.

Não se pensa já hoje no elixir de longa vida, mas todos meditam nos processos mais eficazes de dar morte aos seus semelhantes.

Pelletan tinha razão – *le monde marche* ... Estamos longe dos tempos de capa e espada, elmo e lança, escudo e montante. Alonguemos o olhar em roda da Grande Conflagração. A Ciência estabeleceu aí luzidos arraiais.

Constroem-se trincheiras, amplas de ar, amplas de luz, forradas solidamente de areia e cimento. Há subterrâneos fortificados. Os fortins são providos de blindagens espessas. As metralhadoras baforejiam, minuto a minuto, milhares de mortes. Os canhões escancaram bocarras de monstros. Os homens usam sabiamente de lança-bombas, gases asfixiantes, líquidos inflamáveis. Os submarinos encarregam-se de escaqueirar num momento os cruzadores mais vastos. Aviões e zepelins encarregam-se de reduzir a cinzas as mais belas cidades.

Assim Eugene Huzar não exorbitou da realidade ao profetizar *o fim do mundo pela ciência*.

... *De jour en jour, la science grandit et le monde marche ... vers la mort.*”⁴⁷

Deste ponto de vista torna-se problemática a relação entre progresso, civilização e ciência como era enunciado de seguida, começando pela visão do progresso de Pelletan:

“Um homem de génio lembrou-se, há tempos, de definir civilização – a arte de enganar os nossos semelhantes. Não nos permitamos conceder crédito maior a essa criatura desabusada, de má-língua e péssimos vícios de raciocínio. Podemos afirmar sem receio de contestação – o progresso existe, verdadeiro à evidência, irrefutável. A frase célebre de Pelletan justifica-se, corrobora-se – dia a dia, toma visos maiores de realidade. Quem não no reconhece, anda de todo desviado do bom caminho e cedo ou tarde lá chegará à estrada de Damasco onde as escamas da

44 António Cobreira, ob. cit., N.º 1291, 10 de Novembro de 1914, p. 362.

47 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1313, 30 de Junho de 1915, pp. 193-194.

ilusão lhe descairão dos olhos miraculosamente e poderá encarar a face resplendorosa do ídolo novo – **Progresso!** Sejam disto convictos – *a civilização é a marcha triunfal da humanidade para a perfeição e para a felicidade ...*⁴⁸.

Assim sendo, existe uma aparente visão positiva da situação, atribuindo a felicidade à marcha civilização, enquanto marcha triunfal da humanidade para a perfeição e para a felicidade:

“Dizem certos: ai! A felicidade, ai! A perfeição, são miragens, miragens e nada mais. Também, os oásis se apresentam no deserto ao olhar do viandeiro sob a forma de miragens vaporosas, irreais, remotíssimas, e, todavia, existem incontestavelmente. Para alcançá-los, só resolvemos uma questão de tempo e uma questão de caminhos a percorrer. Eis tudo.”⁴⁹.

Todavia, o progresso e a civilização podiam ser também um carro destruidor como o Jagernaut das festas indianas, destruindo os seus próprios crentes como foi referido por Maxime Du Camp (1822-1894):

“Alguém – Du Camp, talvez – comparou o carro da civilização àquele famoso carro de Jaggoernaut que por ocasião das grandes festas, na Índia, rodava vertiginosamente deixando nas curvas das estradas, empastados de lama e sangue, despojos de vítimas humanas. Não é, pois, sem tristezas, que o progresso se realiza. Mas realiza-se Vejamos.”⁵⁰.

Contudo, esta visão pessimista do progresso reconhece a existência de alguns aspetos positivos neste processo, ou seja, o triunfo dos princípios liberais nos diversos governos da Europa, no atual momento de progresso da humanidade. As revoluções custavam vidas o que era negativo, mas apesar de disso algum progresso moral tinha sido possível nestes anos, dando parcialmente razão às conceções generosas de Eugène Pelletan:

“Os princípios liberais que orientam os governos diversos das Europas, caracterizam

“(...) esta visão pessimista do progresso reconhece a existência de alguns aspetos positivos neste processo, ou seja, o triunfo dos princípios liberais nos diversos governos da Europa, no atual momento de progresso da humanidade. As revoluções custavam vidas o que era negativo, mas apesar de disso algum progresso moral tinha sido possível nestes anos (...).”

a fase atual da humanidade. Contudo, os princípios liberais implantaram-se a dispensas de muitas vidas. Haja em vista a Revolução Francesa. E até em Portugal, o ato revolucionário de 14 de Maio – chama-se-lhe assim – não se impôs senão à custa de várias vidas de particulares e algumas fazendas do Estado ...

Mas – *honnei soit qui mal y pense* – há mortes que dão vida e prodigalidades que dão riqueza ... a outros.

Demais, outros factos concorrem em apoio da teoria generosa de Pelletan.

Piratas já não infestam o mar do Arquipé-

lago. Já não se faz escravatura nas costas da Barbaria. Desapareceram na Índia as procissões das *sutti*. Cartouche não incomoda os bairros de Paris. Nem Diogo Alves se atreve a empoleirar-se nos arcos da Rabicha ...”⁵¹.

Assim sendo, as sombras da civilização como a guerra motivada por interesses financeiros e materiais, não conseguiriam obscurecer totalmente os sucessos do progresso, acabando António Cobreira por ser moderadamente otimista sobre o futuro da Humanidade:

“Verdade, verdade – há ainda loucos que testemunham façanhas indignas da nossa aventurada civilização. A guerra contínua movida duma ferócia nunca inexcédida a rasar de humano sangue o mundo inteiro. Os banqueiros ainda especulam sobre a miséria. Os comerciantes não desistem de falcatruar os géneros de primeira necessidade. Que importa?...

Pequeninas sombras da civilização – não chegam a embaciar de leve o astro radiosíssimo do **Progresso**.”⁵².

Bibliografia:

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos de Matos. *Portugal e a Grande Guerra 1914-1915. Uma Guerra Diferente*. Lisboa, Verso da História, 2014.

CLARK, Christopher. *Os Sonâmbulos. Como a Europa entrou em guerra em 1914*. Lisboa, Relógio d'Água, 2014.

FERGUSON, Niall. *The War of the World. History's Age of Hatred*. London, Allen Lane/Penguin Books, 2006.

HASTINGS, Max. *Catástrofe. 1914: A Europa vai à Guerra*. Amadora, Vogais, 2014.

LEYMARIE, Michel, & MOLLIER, Jean-Yves (dir.). *La Belle Époque des Revues 1880-1914*. Caen, Éditions de l'IMEC, 2002.

48 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1315, 10 de Julho de 1915, p. 213

49 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1315, 10 de Julho de 1915, p. 213.

50 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1315, 10 de Julho de 1915, p. 213.

51 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1315, 10 de Julho de 1915, p. 213.

52 António Cobreira, *Crónica Ocidental*, ob. cit., N.º 1315, 10 de Julho de 1915, p. 213.

MACMILLAN, Margaret. *A Guerra que Acabou com a Paz. Como a Europa Trocou a Paz pela Primeira Guerra Mundial*. Lisboa, Temas e Debates, 2014.

MARQUES, Fernando Pereira. «Saúde e Fraternidade!». *A República Possível (1910-1926)*. Lisboa, Gradiva, 2018.

MENESES, Filipe Ribeiro de. *Afonso Costa*. Alfragide, Texto Editores, 2010.

MORAIS, Ana Paiva; PIRES, Ana Paula; TEIXEIRA, José Afonso; PEREIRA, José Esteves; ROLLO, Maria Fernanda; ALMEIDA, Pedro Tavares de; SALWA, Castelo-Branco (org). *Pensar a República 1910-2010*. Coimbra, Almedina, 2014.

S. NEIBERG, Michael. *A Dança das Fúrias. A Europa e a Eclosão da Primeira Guerra Mundial*. Castro Verde, Publicações a Ferro e Aço, 2014.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A Primeira República. Na fronteira do liberalismo e da democracia*. Lisboa, Gradiva, 2016.

RAMOS, Rui. A Segunda Fundação (1890-1926), *História de Portugal*, Vol.6. Lisboa, Editorial, 1994.

ROSAS, Fernando; Rollo, Maria Fernanda. *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa, Tinta da China, 2009.

TELO, António José. *Primeira República*. Lisboa, Editorial Presença, 2010.

